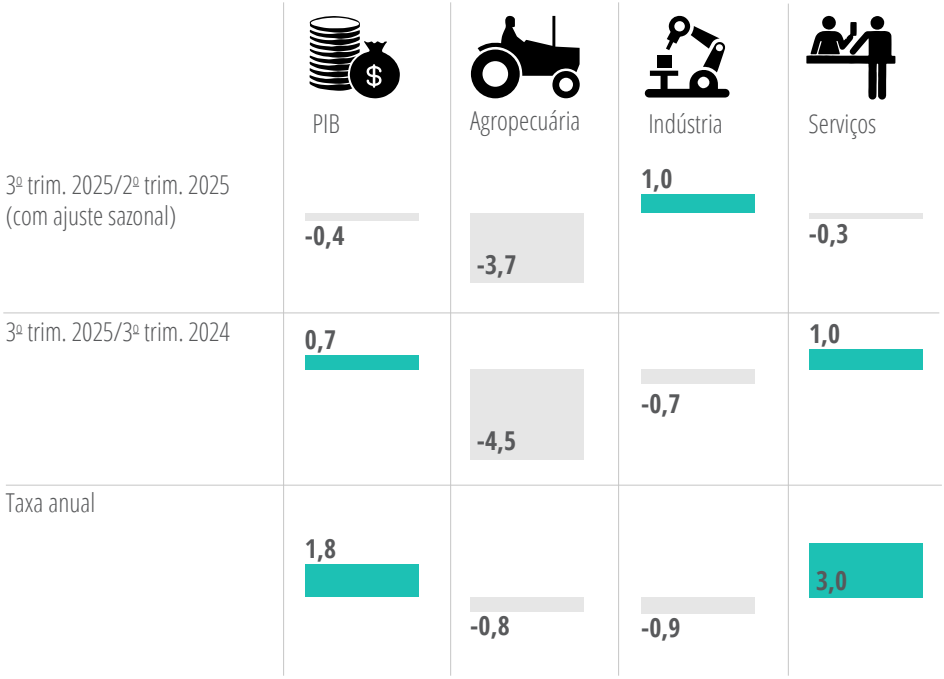
Estado de São Paulo

No terceiro trimestre, o PIB do Estado de São Paulo recuou 0,4%, em relação ao segundo trimestre, na série com ajuste sazonal. Com exceção da indústria, que aumentou 1,0%, os demais setores registraram queda, de 0,3% nos serviços, e de 3,7%, na agropecuária.

Na comparação interanual, o PIB do terceiro trimestre avançou 0,7% impulsionado pelo crescimento de 1,0% do setor de serviços. A indústria e a agropecuária registraram quedas de 0,7% e 4,5%, respectivamente.

Considerando a taxa anual, o PIB do Estado de São Paulo cresceu 1,8% no terceiro trimestre, indicando desaceleração em relação ao resultado do segundo trimestre (2,7%). A indústria e a agropecuária apresentaram variações negativas de, respectivamente, 0,8% e 0,9%, enquanto nos serviços houve alta de 3,0%.

Evolução do PIB paulista, em %



Fonte: Fundação Seade.

Com base nessas informações, a projeção da Fundação Seade para o PIB paulista em 2025 é de crescimento de 1,6%, equivalente ao *carry-over* do terceiro trimestre para o restante do ano. Para 2026, o carregamento estatístico é nulo. As estimativas para esse ano situam-se em um intervalo que vai de 1,1%, no cenário mínimo, a 2,0%, no máximo, com valor médio de 1,5%.

Projeções para o PIB paulista em 2025 e 2026 em %

		2026		
	2025	Mínima	Média	Máxima
Estado de São Paulo	1,6	1,1	1,5	2,0

Fonte: Fundação Seade.

Indicadores mensais das pesquisas do IBGE, do mercado de trabalho (Caged), e da balança comercial complementam a análise.

- A produção da indústria de transformação (PIM-PF, IBGE) de setembro recuou 0,3%, excluída a sazonalidade, em relação ao mês anterior, após duas altas consecutivas. A taxa anual continuou piorando entre agosto e setembro, de -0,5% para -0,9%.

- O volume do varejo restrito (PMC, IBGE) caiu 0,9% em setembro, excluída a sazonalidade, em relação ao mês imediatamente anterior. No caso do varejo ampliado, após o crescimento de agosto ocorreu nova queda de 1,3%, na mesma base de comparação. Nas taxas anuais, os resultados apresentaram tendências divergentes: no ampliado, a retração foi de 2,4% em setembro; e no restrito desacelerou para 1,1%.

- O volume de serviços (PMS – IBGE) cresceu 1,3% entre agosto e setembro com ajuste sazonal. A taxa anual permaneceu estabilizada em 4,6%.

Entre os fatores limitantes para o crescimento para 2026, destacam-se:

- A trajetória da economia de São Paulo no final de 2025 é um dos fatores que influenciará o PIB de 2026 e, nesse sentido, a atividade econômica no último trimestre de 2025 deverá permanecer contida pelos efeitos negativos da política monetária restritiva;

- A inadimplência em ascensão afeta o desempenho do comércio em 2025 e poderá postergar a retomada do consumo no próximo ano. Segundo o BC, em outubro, a inadimplência de pessoas físicas no Estado de São Paulo se manteve elevada (4,2%), em um nível mais alto desde 2013;

- Desaceleração no mercado de trabalho. As informações da PNAD Contínua indicam desaceleração no crescimento da ocupação entre o segundo e terceiros trimestres, de 2,2% para 1,3%, na comparação interanual. O rendimento real efetivo dos ocupados caiu 0,5% no terceiro trimestre, sendo que havia crescido 1,8%, tanto no primeiro, como no segundo trimestre.

Os pontos favoráveis analisados são:

- Em novembro, o governo Trump também retirou a taxa adicional de 40 p.p. que incidia sobre 238 produtos brasileiros – essencialmente produtos agroalimentares (frutas tropicais, como banana e manga) e sucos de frutas (inclui laranja); subprodutos de laranja (óleo essencial); café, carnes e preparações processadas, dentre outros. Nesse ambiente, o setor externo pode garantir alguma contribuição positiva ao PIB paulista em 2026;

- Há perspectiva de que esse mercado poderá iniciar um ciclo de alta quando a política monetária deixar de ser tão restritiva. O bom desempenho do crédito deve refletir também, em 2026, o contexto de fortalecimento da renda disponível, cuja principal medida foi a aprovação da isenção de IR para pessoas físicas que ganham até R$ 5.000. Dados oficiais indicam que a nova isenção de IR (até R$ 5.000/mês) beneficiará em torno de 15 milhões de contribuintes no Brasil, sendo 10 milhões passando a pagar zero de imposto e outros 5 milhões com redução de alíquota;

GOVERNO DO ESTADO
DE SÃO PAULO

Governador do Estado
Tarcísio de Freitas

Vice-Governador do Estado
Felício Ramuth

Secretário da Fazenda e Planejamento
Samuel Kinoshita

SEADE
Presidente do Conselho Curador
Carlos Antonio Luque

Diretor Executivo
Bruno Caetano

Diretora-adjunta de Produção e Análise de Dados
Rejane de Fátima Araújo

Diretor-adjunto de Comunicação e Informação
Marcelo Moreira

Diretor-adjunto Administrativo e Financeiro
Luiz Ricardo Santoro

Chefe de Gabinete
Sérgio Meirelles Carvalho

PIB PROJEÇÕES REGIONAIS
Responsável técnico
Vagner Bessa
Equipe técnica
Luis Fernando Novais e Maria Regina Novaes Marinho

Assessoria de Editoração e Arte
Responsável técnico
Paulo Emirandetti Junior
Equipe técnica
Cristiane de Rosa Meira, Elisabeth Magalhães Erharter, Maria Aparecida Batista de Andrade, Rita Bonizzi e Vania Regina Fontanesi

• Segundo estimativa da Fundação Seade,[1] a isenção de IR deverá atingir cerca de 4,4 milhões de pessoas no Estado de São Paulo, que deverão pagar menos imposto de renda em 2026, o que significa 29,3% do total de beneficiários desta medida no Brasil. Esse conjunto de pessoas gerará renda adicional de R$ 7,5 bilhões no Estado em 2026, tomando como base a projeção do governo federal de que o acréscimo de renda nacional será de R$ 25,4 bilhões e supondo que o ganho médio dos beneficiários em São Paulo seja igual a média nacional.

1. Em São Paulo, há registro de 13,6 milhões de declarações do IR. Para estimarmos o número de pessoas que serão beneficiadas por essa reforma no IR no Estado, usamos as informações da Rais de 2024 e ponderamos a participação do emprego de São Paulo no total Brasil, pela relação entre o percentual de empregados que receberam em 2024 até cinco salários mínimos (R$ 7.070) em São Paulo e no Brasil.